



UM ESTUDO COMPARATIVO DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES E A ESTRUTURA CURRICULAR PROPOSTA PELO ISAR/UNCTAD/ONU.

**João Gabriel Nascimento De Araújo
Priscilla Milfont De Medeiros
Ana Lúcia Fontes De Souza Vasconcelos**

RESUMO

As universidades estão inseridas num contexto de mudança e têm como desafio a profissionalização de seu capital humano. Portanto, é necessário que haja um comprometimento social nos centros acadêmicos, e aqui se insere o ensino em Ciências Contábeis, em formar profissionais que atendam as necessidades e expectativas dos vários grupos sociais e do mercado. O estudo teve como objetivo pesquisar sobre a grade curricular utilizada pela Universidade Federal de Pernambuco no curso de graduação em Ciências Contábeis e compará-la aos modelos oferecidos pela ISAR/UNCTAD/ONU. Trata-se de um trabalho dedutivo, investigativo e fundamentado em análise de conteúdo e documental. Na análise dos dados, foi realizado o estudo comparativo entre os currículos. Concluiu-se que todas as disciplinas oferecidas no curso de Ciências Contábeis da UFPE demonstram similaridade com o currículo “global”, porém não o abrange por completo. Contudo, o projeto pedagógico apresenta flexibilidade em sua composição, para que o discente direcione sua formação e possa suprir as limitações do perfil curricular do curso.

Palavras-chave: Ciências Contábeis; Estrutura Curricular; ISAR/UNCTAD/ONU.

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos medievais, as universidades desempenham papel fundamental ao fomentar o conhecimento e promover a inserção de profissionais qualificados que atuam a serviço da sociedade. As instituições de nível superior tem participação direta na construção do conhecimento e nas transformações econômicas, políticas e sociais, por serem agentes propulsores e facilitadores de inovações, geração de conhecimentos e implementação dos processos de aprendizagem – estão inseridas num contexto de mudança e têm como desafio a profissionalização de seu capital humano.

Em meio ao diálogo com a sociedade, as universidades, em suas múltiplas funções de ensino, pesquisa e extensão, buscar formar diversos profissionais, nas mais variadas áreas de conhecimento, que prestarão serviços para a sociedade. Portanto, é necessário que haja um comprometimento social nos centros acadêmicos em formar profissionais que atendam as necessidades do mercado e as expectativas dos mais diversos grupos sociais.

Nesse contexto está inserido o ensino de graduação do curso de bacharelado em Ciências Contábeis. Por se tratar de uma ciência em ascensão nos últimos anos, e de caráter social tão relevante, visto que, afirma Padoveze (2009), as entidades, as quais a contabilidade avalia, presta contas e fornece informações, são sistemas abertos, ou seja, interagem com a sociedade e o ambiente onde atuam. Portanto, é compreensível e necessário os vários debates e discussões acerca dos projetos político-pedagógicos para o curso de Ciências Contábeis, devido à relevância de se desenvolver os objetivos, perfil profissional, competência, atitude, habilidades, organização e estrutura curricular, ementas e programas de tal forma que o profissional de Contabilidade possa desempenhar seu papel de agente social.

Paralelamente ao desenvolvimento da profissão contábil está o desenvolvimento tecnológico e econômico, que amplia fronteiras e torna mais rápida a troca de informações. Portanto, nesse sentido, levantam-se debates sobre a existência e a necessidade do “Contador global”. Diversos órgãos se empenham em promover padrões internacionais para o contador. Dentre os tantos, o ISAR, grupo de pesquisa ligado à ONU, que no final da década de noventa, apresentou um currículo referência que direciona os níveis de conhecimento necessários ao profissional contábil “global”.

Esse estudo teve como principal objetivo fazer uma pesquisa sobre a grade curricular utilizada pela Universidade Federal de Pernambuco no curso de graduação em Ciências Contábeis e compará-la aos modelos oferecidos pela ISAR/UNCTAD/ONU, que são referência à formação de um Contador Global, de tal forma que se possa utilizar os conhecimentos adquiridos durante o período de graduação na vida profissional, independentemente do seu país de origem.

Assim, trata-se de um trabalho investigativo relevante no que tange à demonstração do projeto pedagógico e da estrutura curricular adotada pela UFPE e à comparação destes com as instruções internacionais, no intuito de se verificar se uma das principais instituições de ensino superior do estado de Pernambuco na área de Contabilidade está de acordo com referidos padrões, possibilitando a formação de um contador em um contexto global.

O referido trabalho também demonstra os pontos divergentes entre os currículos, oferecendo não só uma fonte, mas o suporte necessário aos coordenadores do supramencionado curso, assim como demais interessados, para vislumbrarem novas e futuras maneiras de confecção e estruturação da grade, permitindo cada vez mais a inserção da universidade em um plano adotado pela maioria dos países.

2. METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso e foi efetuada através de Método dedutivo uma vez que, como afirma Silva (2003, p.39-45), o raciocínio caminhou do geral ou universal para o particular, fundamentado e amparado em análise de conteúdo e documental, pois foram utilizadas fontes oriundas de materiais concretamente já elaborados. Isso permitiu uma investigação de maneira organizada, segura, prática e verdadeira.

A diferença entre a análise de conteúdo e documental é que, segundo Lakatos e Marconi (2009, p.117) a análise de conteúdo “é uma técnica que visa aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das ideias e não das palavras em si”. Enquanto que a análise documental, ainda de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p.29), “consiste em esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo” reapresentando o conteúdo dos documentos de maneira condensada.

Campos (2004, p.1) afirma que a análise de conteúdo “constitui-se em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos“, ou seja, é o entrelaçar de conhecimentos técnico-científicos que auxiliam no entendimento e análise dos dados qualitativos, possibilitando verificar a semântica do texto, seu sentido. Dessa forma, a técnica que prevalece no trabalho é a análise documental, onde está determinado o campo de estudo e suas delimitações.

Na análise dos dados, foi realizado o estudo comparativo das disciplinas que compõem o currículo da universidade pesquisada, através da proposta do projeto pedagógico do curso, em relação às disciplinas sugeridas pelo currículo internacional da ISAR/UNCTAD/ONU, por meio dos critérios da similaridade e proximidade.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A PROFISSÃO CONTÁBIL: EXISTIRÁ O CONTADOR GLOBAL?

Profissões legalmente regulamentadas são aquelas cujo exercício tenha sido reconhecido e regulamentado por Lei ou Decreto Federal. São exemplos de profissões regulamentadas no Brasil: advogado, economista e contador, entre outras.

No que concerne à profissão de Contador, ela foi regulamentada pelo Decreto-Lei 9.295 de 27/05/1946, sendo definidas as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade. O mesmo Decreto também criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's), com objetivo de fiscalizar o exercício da profissão contábil.

Posteriormente, em quatro de setembro de 1970, entrou em vigor a Resolução do CFC nº 290/70 que foi revogada, em dez de outubro de 1996, pela Resolução CFC nº 803/96. As Resoluções dispõem sobre o Código de Ética Profissional.

Em vinte e oito de setembro de 1983, passou a vigorar a Resolução do CFC nº 560/83, que aprovou as disposições sobre as prerrogativas do profissional Contabilista, tratada no artigo 25 do Decreto-Lei 9295/46.

Mais recentemente a Lei 1249/2010 trouxe significativas alterações ao Decreto-Lei nº 9295/46. Os profissionais de Contabilidade apenas poderão exercer a profissão após conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Porém, para obter registro no respectivo Conselho Regional de Contabilidade, será necessária aprovação no Exame de Suficiência.

Outra alteração é a extinção de emissão de diplomas para os Técnicos em Contabilidade a partir de junho de 2015. Contudo, aqueles devidamente registrados em Conselho Regional de Contabilidade até 1º de junho de 2015 terão assegurados o direito ao exercício da profissão. Essas significativas alterações legais podem ser compreendidas devido

ao processo de globalização, do próprio crescimento econômico das diversas partes do mundo, onde o Contabilista foi cada vez mais ganhando espaço no mercado.

Tal processo iniciou-se de uma forma mais fechada, ou seja, o profissional começou a ganhar seu espaço por Estado, e posteriormente pelo País, podendo trabalhar em diversas áreas, como o ensino, ou exercer funções como auditor, perito, consultor, entre outras.

Contudo, a tendência mundial é de aumentar a necessidade de contadores, não apenas em âmbito nacional, mas para o mundo, visto que a economia esta em constante desenvolvimento e os países se relacionam muito mais, necessitando de um repassador, transformador e interpretador das informações empresariais, sendo este o Contador.

De acordo com Nunes (1999, p.9), a diferença da “globalização” que ocorreu no início da Contabilidade, para a que está ocorrendo agora, é a velocidade e a abrangência da mesma. Pois foi capaz de reativar mercado, através da abertura de novos mercados, como os financeiros, e nas diversas partes do mundo.

Segundo Mulatinho (2007, p.42), Essa modernização na economia, na comunicação e na tecnologia dos países está trazendo a necessidade de que as Escolas de Nível Superior, especificamente as de Contabilidade, formarem um profissional que seja capaz de utilizar como campo de atuação o mundo globalizado, não se restringindo somente ao seu país de formação, de maneira que ele possa levar para seu ambiente de trabalho conhecimentos técnico-científicos.

Dessa maneira, o atual ambiente exige que seja formado um contador global. Sendo este um profissional capaz de entender e reproduzir as métricas técnicas, assim como possuir conhecimento das diversas culturas espalhadas, estar sempre aberto para as novidades nas diversas áreas do conhecimento, além de buscar um estudo continuado, sempre utilizando a interdisciplinaridade, visto que a contabilidade é uma ciência.

Porém, existem muitas dificuldades para formar esse tipo de profissional, já que muitas das instituições de ensino não estão adaptadas para esse tipo de formação, pois não buscam aprimorar sua grade curricular para mantê-la em consonância com a proposta pelos principais organismos responsáveis por esses assuntos.

3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENSINO DE CONTABILIDADE

No Brasil, o sistema de ensino é regulado e definido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída em 20 de dezembro de 1996. Onde, de acordo com o art. 8º da LDB “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”, de maneira que a União será responsável por coordenar a política nacional de educação através dos diversos níveis e sistemas, exercendo as suas funções básicas: normativa, redistributiva e supletiva (tratando-se das outras instâncias da educação).

Já os Estados se responsabilizarão por organizar, manter e desenvolver os órgãos oficiais de seu sistema de ensino, assim como auxiliar os Municípios na oferta do ensino fundamental, de forma que os assegurem, sem desobedecer às diretrizes e planos educacionais já estabelecidos, além de ter de oferecer, com prioridade, o ensino médio a população, as mesmas competências destinadas aos Municípios e aos Estados caberão ao Distrito Federal. Quanto aos Municípios, sua prioridade é o oferecimento da educação infantil, tanto na figura de creches como de pré-escolas, e o ensino fundamental.

Os níveis e as modalidades de educação e ensino são tratados no título 5, capítulo I da LDB, onde, no art. 21 é possível verificar que no Brasil a educação escolar é composta pela educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e médio, e pela educação superior. Cabe ao Conselho Nacional de Educação verificar se está ocorrendo o cumprimento dessa lei, de forma que a União, os Estados e Distrito Federal e os Municípios exerçam seus papéis de oferecer educação indistintamente a população.

No Brasil, o ensino de Contabilidade começa a surgir no século XX, com o ensino comercial. O primeiro decreto a regulamentar a profissão de contador foi o de nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que organizava o ensino comercial, dividindo-o em alguns níveis (propedêutico, técnico e superior) e regulamentava a profissão de contador, que era visto, nessa época como “guarda-livros”, que se encontrava no nível técnico do ensino comercial. Também criou o curso de Perito-Contador, que possuía duração de 03 anos, esse curso teve seu nome alterado com o Decreto-Lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939.

Contudo, somente em 22 de setembro de 1945, foi instituído o Decreto-Lei nº 7.988, que tratava sobre o Ensino Superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuárias. Onde, para o curso de Ciências Contábeis e Atuárias, o tempo médio era de quatro anos. No mesmo ano em que foi instituído o curso superior de Contabilidade, um dos principais centros de estudos na área foi criado, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

Após a abertura da escola, foi impulsionado o interesse pela academia em Ciências Contábeis e forçando uma separação entre os cursos de contabilidade e atuários. Sendo conseguido esse fato em 31 de julho de 1951, com a Lei nº 1.401, que desdobrou os cursos anteriormente ditos, de forma que os discentes pudessem receber seus diplomas como bacharel em ciências contábeis e bacharel em ciências atuárias.

No decorrer dos tempos, foi se necessitando de mais mudanças nas características e disciplinas do curso de contabilidade. Sendo uma das mudanças trazidas pelo Conselho Federal de Educação, com a Resolução de nº 3, de 05 de outubro de 1992, que fixou os conteúdos a serem vistos durante a graduação, assim como o tempo de duração da mesma.

Em 1950, o curso de Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, foi reconhecido de acordo com a Lei nº 1.254, de 04 de dezembro. Porém, só foi autorizada a sua criação e seu funcionamento em meados de 1951. Para Pernambuco, a criação do curso de Contabilidade na UFPE foi um verdadeiro marco, visto que foi a primeira Instituição de Ensino Superior que trouxe a Ciência Contábil para o Estado. Tendo a primeira turma se formado na década de 50 (cinquenta).

As primeiras alterações, e não únicas, no currículo da graduação em Contabilidade ocorreram em meados de 1960, para obedecer às exigências expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de que essas mudanças vieram para atender a demanda do Estado, pois muitas indústrias começavam a se instalar e necessitavam, cada vez mais, de profissionais capacitados.

Em 2009, ocorreu a mais recente modificação da grade curricular do curso de bacharelado em Ciências Contábeis, e essas mudanças ocorreram justamente para adequar o modelo da universidade às novas exigências da profissão.

3.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Desde a década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94) a idéia de projeto pedagógico tomou força no Brasil. A Lei 9394/94, no artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícito, segundo Baffi (2002), que uma instituição de ensino não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

O projeto pedagógico tem duas dimensões: a política e a pedagógica. Ele "é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade" (ANDRÉ, 2001 Apud BAFFI, 2002) e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (VEIGA, 1995).

Portando, no entendimento de Baffi (2002) "falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas".

Na situação atual, os currículos adotados no Brasil já estão sofrendo e outros já sofreram mudanças, pois estão visando a formação de um profissional mais aberto para o mundo. Enfatizando esse aspecto das mutações dos currículos e os fatores que causaram as mesmas, Mulatinho (2007, p. 67) afirma que:

"Ao analisar a evolução dos currículos em Ciências Contábeis, pode-se verificar que estes estiveram em constante mutação, com legislações sempre preocupadas em formar recursos hábeis, multidisciplinares, criativos, críticos, flexíveis às mudanças de ambiente, e com um profundo embasamento técnico-científico".

Como o trabalho delimita-se a grande curricular da UFPE comparada com a da ONU/UNCTAD/ISAR, o modelo de ensino discutido nesse tópico será o desenvolvido pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco. O atual perfil curricular do curso de Ciências Contábeis da UFPE, em vigor desde 2009, tem carga horária pela de 3.000 horas, sendo distribuídas em 8 (oito) períodos, da seguinte forma:

Do 1º ao 6º período, as disciplinas são obrigatórias, sendo cursadas 5 (cinco) disciplinas (300 horas) por período. No 7º período o discente deve cursar 5 (cinco) disciplinas (300 horas) distribuídas da seguinte forma: duas disciplinas obrigatórias, duas eletivas do curso e uma eletiva livre.

No 8º período deve ser cursada mais 5 (cinco) disciplinas (300 horas), sendo 3 (três) eletivas do curso e 2 (duas) eletivas livres. O discente também deve cursar o Estágio supervisionado ou Trabalho de Conclusão de Curso, que equivale a 300 horas-aula.

Além das atividades obrigatórias e eletivas, o discente deve desenvolver 300 horas-aula de Atividades Complementares, que compreendem: seminários; eventos da classe contábil; atividades acadêmicas (monitoria, iniciação científica); atividades de extensão e outras.

A respeito de planejamento pedagógico num ambiente de globalização, diversos órgãos, como IFAC (International Federations of Accountants) e o IASB (International Accounting Standard Board), demonstram preocupação com a formação dos profissionais de contabilidade. Nesse sentido, também a ONU (Organização das Nações Unidas) através de setores como o ISAR (Intergovernmental Working Group of Experts on International

Standards of Accounting and Reporting) da UNCTAD (/United Nations Conference on Trade and Development) demonstra preocupações. (MAGALHÃES e ANDRADE 2006, p. 08)

A presente pesquisa se propõe a examinar o nível de aderência da grade curricular do Bacharelado em Ciências Contábeis da UFPE ao currículo proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU, de maneira a verificar como a Universidade Federal de Pernambuco prepara os futuros profissionais da área de Contabilidade para atuarem no mercado globalizado.

O Currículo referência, apresentado em 1999, é composto de duas categorias, a primeira, TD 05, é um guia para sistemas nacionais de qualificação de contadores profissionais, a segunda, TD 06, é composta por um conjunto de áreas do conhecimento necessário para a educação profissional de contadores (SEGANTINI *et al.*, 2010). O currículo foi atualizado posteriormente, em 2003, pelo TD21, o qual é o foco do nosso estudo.

Para base conceitual, o artigo utiliza a estrutura apresentada no TD06 e sintetizada em 4 (quatro) blocos por Riccio e Sakata (2004, p.38), sendo o Bloco 4 adaptado pelos referidos autores para possibilitar comparação e análise. No entanto, no TD21 foi acrescentado o módulo optativo avançado. Como base conceitual do módulo optativo, o artigo utiliza a estrutura sintetizada por Mulatinho (2007, p. 85-86). Totalizando assim os 5 (cinco) blocos propostos pelo ISAR/UNCTAD, quais sejam:

Quadro 1: Blocos das disciplinas proposto pelo ISAR/UNCTAD

Bloco 1	Conhecimentos Administrativos e Organizacionais
Bloco 2	Tecnologia de Informação
Bloco 3	Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins
Bloco 4	Conhecimentos Gerais
Bloco 5	Conhecimento de Contabilidade e Assuntos Afins (Módulo Optativo Avançado)

Fonte: Adaptado de Riccio e Sakatta (2004) e Mulatinho (2007).

O estudo categorizou as disciplinas do perfil curricular do Curso de Ciências Contábeis da UFPE de acordo com a estrutura acima para poder efetuar comparação e, posteriormente, análises que atendam aos objetivos da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As 1920 horas-aula das Atividades Obrigatórias estão distribuídas em 32 (trinta e duas) disciplinas, sendo 5 (cinco) relativas à Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, 2 (duas) à Tecnologia da Informação, 17 (dezesete) à Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins, 3 (três) à Conhecimentos Gerais e 2 (duas) à Conhecimentos Avançados de Contabilidade e Assuntos Afins.

Para as 300 horas-aula, equivalente a 5 (cinco) disciplinas, das Atividades Eletivas do Curso, existem 19 (dezenove) disciplinas a disposição do discente, sendo 2 (duas) relativas à Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, 10 (dez) à Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins, 1 (uma) à Conhecimentos Gerais e 6 (seis) à Conhecimentos Avançados de Contabilidade e Assuntos Afins.

Ainda no que concerne às atividades obrigatórias, o discente deve cursar 300 horas-aulas referentes à disciplina optativa, Trabalho de Conclusão de Curso ou Estágio Supervisionado. Ambas relativas a Conhecimentos Gerais.

Concluiu-se com a análise que todas as disciplinas oferecidas na Graduação em Ciências Contábeis da UFPE demonstram similaridade com o currículo proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU, o que se traduz em 3660 horas-aulas, das quais os discentes devem cursar 2520 horas-aulas, conforme o projeto pedagógico do curso, ou seja, 84% da carga-horária mínima exigida para obtenção de diploma. Tomando como base o limite de disciplinas que devem ser cursadas pelo discente, o curso oferece a seguinte porcentagem de disciplinas por bloco do modelo ISAR/UNCTAD/ONU, em horas-aula:

Quadro 2: Percentual de disciplinas em horas-aula do modelo ISAR/UNCTAD/ONU

Bloco 1	Até 20% das horas-aulas, sendo 16% obrigatório.
Bloco 2	4% das horas-aulas.
Bloco 3 e 5	Até 48% das horas-aulas, sendo 38% obrigatório.
Bloco 4	Até 18% das horas-aulas, sendo 16% obrigatório.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da análise de conteúdo.

Saliente-se, contudo, que a presente pesquisa foi feita em caráter comparativo, analisando apenas a grade curricular do curso, não entrando no mérito da qualidade das disciplinas ministradas nem de questões políticas, econômicas e sociais.

5. CONCLUSÕES

O perfil curricular tem total correspondência com o proposto pela ONU e demonstra certo grau de flexibilidade, através da oferta de disciplinas eletivas, para que o discente direcione sua formação para as áreas de maior interesse, entretanto há de se ressaltar algumas ausências, elencadas a seguir:

- No tocante ao Bloco 1 (Conhecimentos Administrativos e Organizacionais) percebeu-se a ausência de disciplinas ligadas ao módulo de gestão e estratégia organizacional, bem como de princípios de negócios internacionais.
- Quanto ao Bloco 2 (Tecnologia de Informação) nota-se que há poucas disciplinas destinadas para o conteúdo proposto do bloco.
- Os blocos 3 e 5 (Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins) são os que mais mostram aderência com o modelo proposto pela ONU, com disciplinas oferecidas em todos os módulos dispostos nos blocos.

Quanto a possíveis indícios de globalização, nota-se a ausência de disciplinas voltadas ao estudo de língua estrangeira e apenas uma disciplina eletiva voltada a temas internacionais (Contabilidade Internacional). Os resultados obtidos na pesquisa mostram similaridade com os encontrados por outros autores, como Riccio e Sakata (2004), Magalhães e Andrade (2006), Mulatinho (2007) e Czesnat, Cunha e Domingues (2009). Isso pode indicar uma possível tendência nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

Contudo, apesar das ausências encontradas em relação aos Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, da insuficiência de disciplinas de Tecnologia de Informação e do pouco enfoque em temas internacionais, o perfil curricular da UFPE permite que o discente curse 180 horas-aula, equivalente a 3 (três) disciplinas eletivas livres, bem como que desenvolva 300 horas-aula de Atividades Complementares, totalizando 16% do curso.

Isso demonstra que há a possibilidade do discente buscar suprir da melhor maneira que julgar as possíveis lacunas encontradas no currículo do curso, tanto pela possibilidade de cursar disciplinas em outro curso de graduação, seja da UFPE ou outra IES, quanto pela possibilidade ampla de desenvolver Atividades Complementares, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

Para estudo futuros a serem realizados, seguindo a linha de pesquisa desse e analisando outras IES, propõe-se um aprofundamento em alguns aspectos qualitativos de informação e para verificar a percepção dos discentes acerca da proposta do currículo do Contador Global e o possível impacto na escolha das Atividades Eletivas e Complementares oferecidas.

REFERÊNCIAS:

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **Projeto Pedagógico**: um estudo introdutório. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1535-23-agosto-1939-411594-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

_____. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 – alterado pela Lei 1249/2010. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.cfc.org.br/uparq/lei1249.pdf>>>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

_____. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec20158-1931>>>. Acesso em 18 de setembro de 2011.

_____. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec-lei7988-1945>>>. Acesso em 19 de setembro de 2011

_____. Lei nº 1.401 de 31 de julho de 1951. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>>. Acesso em 19 de setembro de 2011.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2011.

CAMPOS, Claudinei José. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: Ferramenta para a Análise de Dados Qualitativos no Campo da Saúde. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>>. Acesso em 11 de outubro de 2011.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 560/83. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.contabeis.ufba.br/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CFC%20N%C2%BA%20560.pdf>>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

_____. Resolução CFC nº 803/96. **Banco de Dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.crcba.org.br/diversos/codigodeetica.pdf>>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

CZESNAT, A. F. O.; CUNHA, J. V. A.; Domingues, M. J.C. Análise Comparativa Entre os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis Das Universidades do Estado de Santa Catarina Listadas Pelo MEC e o Currículo Mundial Proposto Pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Gestão & Regionalidade**, v. 25, nº 75, p. 22-30, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHÃES, F. A. C.; ANDRADE, J. X. . A Educação Contábil no Estado do Piauí Diante da Proposta de Convergência Internacional de Currículo de Contabilidade Concebida Pela ONU/UNCTAD/ISAR. In: **6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2006, São Paulo. 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

MULATINHO, C. E. S. **EDUCAÇÃO CONTÁBIL**: Um estudo Comparativo das Grades Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Referentes ao Programa Mundial de Estudos em Contabilidade Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília.

NUNES, Maria da Silva. **A Internacionalização da Profissão Contábil: (O Perfil do Contador Global)**. 1999. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análises**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAKATA, M. C. G.; RICCIO, Edson Luiz. Evidências da globalização na educação contábil: Estudo das Grades Curriculares dos Cursos de Graduação em universidades Brasileiras e Portuguesas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 35, p. 35-44, 2004.

SEGANTINI, G. T.; *et al.* Uma Análise Comparativa Entre os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis nos Países do Mercosul com o Currículo Internacional Proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Banco de dados**. Disponível na Internet. <<<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/394.pdf>>>. Acesso em 18 de setembro de 2011.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD, Guideline for a global accounting curriculum and other qualification requirements. 1999. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

_____. REVISED MODEL ACCOUNTING CURRICULUM (MC) - TD/B/COM.2/ISAR/21. 2003. Disponível em: <<http://www.unctad.org>> Acesso em: 10 de setembro de 2011.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. in **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.